



Prefeitura Municipal de Canguçu
Estado do Rio Grande do Sul
PORTARIA Nº 131/2018

“DETERMINA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO, Prefeito Municipal de Canguçu, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

ART. 1º - Determinar abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** para apurar os fatos descritos no memorando nº 230/2018 de 25.04.2018, parte integrante desta Portaria, na forma de anexos, referente à multa de trânsito, envolvendo o veículo FIAT/SIENA EL 1.4 FLEX, placas IVA 6854, de propriedade desta municipalidade, conduzido pelo motorista desta Prefeitura **EDSON PRIEBE VOLZ**, matrícula nº 4729-5, incorrendo o servidor em suposta infração e possível descumprimento dos Incisos VII e IX do art. 169 e Inciso XVIII do art. 170 da Lei 2239/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

ART. 2º - A comissão deverá apurar os fatos, com o levantamento completo da situação relatada, de acordo com as informações descritas no artigo 1º, bem como os documentos que integram esta Portaria; e, em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, apurar a responsabilidade do servidor, utilizando todos os meios cabíveis e legais, levando em conta os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, para elucidar o fato de forma clara e conclusiva.

ART. 3º - A Comissão nomeada pelas Portarias nºs 079/2017, de 01.02.2017 e 276/2017, de 06.09.2017, que designa Membros Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, cujos membros titulares são: **MAÍRA SOARES CAMACHO GUILAYN**, Advogada, matrícula nº 50162-0, **KAUANE DIAS SOARES PEDROSO**, Auxiliar de Administração nº 50125-5, e **CAREM ELUZA BRAGA QUINTANA**, Auxiliar de Administração, matrícula nº 08805-6 terão um prazo de 60 (sessenta) dias para realizar o Processo Administrativo Disciplinar, o qual deverá, obrigatoriamente, constar relatório circunstanciado e conclusivo.

ART. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE
CANGUÇU/RS, 03 DE MAIO DE 2018.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO
Prefeito Municipal

~~Registre-se e Publique-se~~

ELIEZER JORGE TIMM
Chefe de Gabinete do Prefeito

Handwritten signature and stamp in the bottom right corner.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANGUÇU
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATA DE INQUIRÇÃO

Aos 08/06/2018 na sala da Procuradoria Jurídica do Município, situada no Predio da Prefeitura Municipal, presentes a Sr^a. Maira S. Camacho Guilayn, Caren Eluza Braga Quintana e Kauane Pedroso, designadas pelas Portarias 079 e 276 de 2017, compareceu o servidor Edson Priebe Volz, motorista, matricula nº4729-5, para prestar depoimento no processo administrativo nº131/2018.

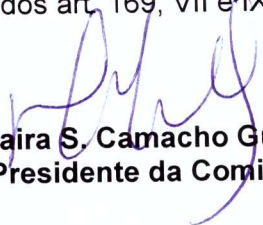
Pela ordem, antes da inquirção o Sr. Edson manifestou, voluntariamente, reconhecer, para todos os fins, a responsabilidade em relação as multas referentes ao AIT 288150/E016081590 por excesso de velocidade, art.218, I do CTB, no veículo de placa IVA6854, no dia 14/12/2017 e por não identificação do condutor no prazo legal, tudo identificado nos memorandos nº(s) 05/2018 da Central de Veículos e nº230/2018 da Secretaria de Gestão.


Houve reconhecimento da responsabilidade assumida pelo servidor Edson Priebe Volz, o qual aduziu ser responsável pela infração objeto deste processo porque estava trabalhando como motorista no dia 14/12/2017 no veículo de placa IVA 6854, confirmando informação constante nos arquivos da Prefeitura.


Assim, diante do exposto e do reconhecimento da responsabilidade pelo investigado, opinamos pelo arquivamento do presente feito ficando decidido o seguinte:

*O Sr. Edson Priebe Volz concorda com o pagamento das multas supra mencionadas, permitindo o desconto em folha em quatro parcelas.

*O Sr. Edson Priebe Volz recebeu advertência verbal, nos termos do art. 174, I e 175 da Lei 2239/2003, tendo em vista condutas dos art. 169, VII e IX e art. 170 XVIII da Lei 2239.


Maira S. Camacho Guilayn
Presidente da Comissão


Kauane Pedroso
Secretária da Comissão


Caren Eluza Braga Quintana
Membro da Comissão


Edson Priebe Volz
Investigado

DELIBERAÇÃO

Considerando o reconhecimento da responsabilidade na ata de inquirição do dia 08/06/2018, a Comissão encerra o presente processo administrativo e remete ao Prefeito Municipal para devida homologação.

12 de junho de 2018


Maira S. Camacho Guilayn

Presidente da Comissão




Kauane Pedroso

Membro da Comissão


Caren Elusa Quintana

Membro da Comissão

 DO ACORDO
21/06/18